

ISSN 15169111

**PAPERS DO NAEA Nº 327**

**NA TRILHA DOS ECOS DO TURISMO: PERSPECTIVAS DA  
RESEX IPAÚ-ANILZINHO, BAIÃO/PA**

**Rodrigo Augusto Alves de Figueiredo**

**Belém, Julho de 2014**

**O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)** é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

**Papers do NAEA - Papers do NAEA** - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



## **Universidade Federal do Pará**

### **Reitor**

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

### **Vice-reitor**

Horacio Schneider

### **Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação**

Emmanuel Zagury Tourinho

## **Núcleo de Altos Estudos Amazônicos**

### **Diretor**

Durbens Martins Nascimento

### **Diretor Adjunto**

Ana Paula Vidal Bastos

### **Coordenador de Comunicação e Difusão Científica**

Silvio Lima Figueiredo

### **Conselho editorial do NAEA**

Profa. Dra. Ana Paula Vidal Bastos

Prof. Dr. Armin Mathis – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Durbens Martins Nascimento – NAEA/UFPA

Profa. Dra. Edna Castro – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Fábio Carlos da Silva – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Francisco Costa – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Luis Eduardo Aragón Vaca – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Silvio Lima Figueiredo – NAEA/UFPA

### **Setor de Editoração**

E-mail: [editora\\_anae@ufpa.br](mailto:editora_anae@ufpa.br)

Papers do NAEA: [papers\\_anae@ufpa.br](mailto:papers_anae@ufpa.br)

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 327

Recebido em: 16/11/2013.

Aceito para publicação: 09/07/2014.

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

# NA TRILHA DOS ECOS DO TURISMO: PERSPECTIVAS DA RESEX IPAÚ-ANILZINHO, BAIÃO/PA

*Rodrigo Augusto Alves de Figueiredo<sup>1</sup>*

## **Resumo:**

Desde a criação do Parque Nacional de Yellowstone nos Estados Unidos em 1872, a ideia de proteção ambiental associada à contemplação da natureza como forma de lazer evoluiu ao longo do tempo ganhando novas dimensões. Na busca de modelos de desenvolvimento sustentáveis, as Áreas Protegidas e as Unidades de Conservação passaram a almejar a pesquisa científica e o interesse em promover diferentes atividades econômicas com bases conservacionistas para estimular investimentos financeiros à manutenção da biodiversidade. Nesta perspectiva, o turismo tornou-se uma das principais atividades a ser concebida como proposta para a promoção do desenvolvimento ambiental e humano sustentável das áreas de proteção ambiental. De um modo geral, nota-se que as políticas direcionadas às UC restringem-se aos objetivos imediatistas de institucionalização e proteção da área, não levando em consideração as especificidades locais e as aspirações das populações que nela vivem, revelando, assim, a necessidade de se delinear estratégias eficazes que atendam verdadeiramente seus objetivos de proteção. Nessa direção, o presente estudo avaliou as perspectivas do turismo na RESEX Ipaú Anilzinho, dentro dos princípios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, como possibilidade futura de se alcançar cenários racionais de exploração dos recursos naturais para gerar economias alternativas e comunidades sustentáveis. Como resultado, infere-se que o planejamento do ecoturismo representa possibilidades estratégicas altamente instigadoras na geração de benefícios para a economia local, o fortalecimento da organização comunitária e a melhoria em aspectos sociais e ambientais que contribuam para a melhor eficiência da gestão ambiental dessa recente unidade de conservação do estado do Pará.

**Palavras-chave:** Turismo. Ecoturismo. Desenvolvimento. Unidades de Conservação.

## **Abstract:**

From the creation of Yellowstone National Park in the United States in 1872, the idea of environmental protection associated with contemplation of nature as a recreational evolved over time gaining new dimensions. In the search for sustainable models of development, the Protected Areas and Protected Areas passed to crave scientific research and interest in promoting economic activities with different bases conservation investments to stimulate the maintenance of biodiversity. In this perspective, tourism has become one of the main activities to be conceived as a proposal for the promotion of environmental and sustainable human development in the areas of environmental protection. In general, it is noted that policies directed at UC restricted to the immediate objectives of institutionalization and protection of the area, not taking into consideration the specific local conditions and aspirations of the people who live in it, thus revealing the need for delineate effective strategies that truly meet their protection objectives. In this direction, the present study evaluated the prospects of tourism in the RESEX Ipaú-Anilzinho, within the principles of environmental, social and economic as possible future scenarios to achieve rational exploitation of natural resources to generate alternative economies and sustainable communities. As a result, it is inferred that the planning of ecotourism is highly strategic possibilities instigators in generating benefits for the local economy, the strengthening of community organization and improvement in social and environmental aspects that contribute to the better efficiency of the environmental management of this latest unit conservation of Pará.

**Key-words:** Tourism. Ecotourism. Development. Conservation Units.

---

<sup>1</sup> Chefe de Unidade de Conservação da Reserva Extrativista (RESEX) Ipaú-Anilzinho (Baião/PA). Especialista em Áreas Protegidas e Unidades de Conservação pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA).

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo é o resultado de algumas reflexões feitas a partir de uma pesquisa realizada na Reserva Extrativista (RESEX) Ipaú-Anilzinho, na qual teve como objetivo analisar as perspectivas da prática do turismo nesta Unidade de Conservação (UC). Procurou-se, ainda, identificar a percepção dos moradores acerca da inserção da atividade na cadeia produtiva da região no intento de vislumbrar cenários futuros de desenvolvimento. Reconhece-se que a prática do turismo em UC circunscreve um universo amplo de promover o desenvolvimento sustentável não somente para a preservação *in situ* dos ambientes naturais, mas também para a geração de retorno econômico derivado do usufruto de seus recursos ecológicos.

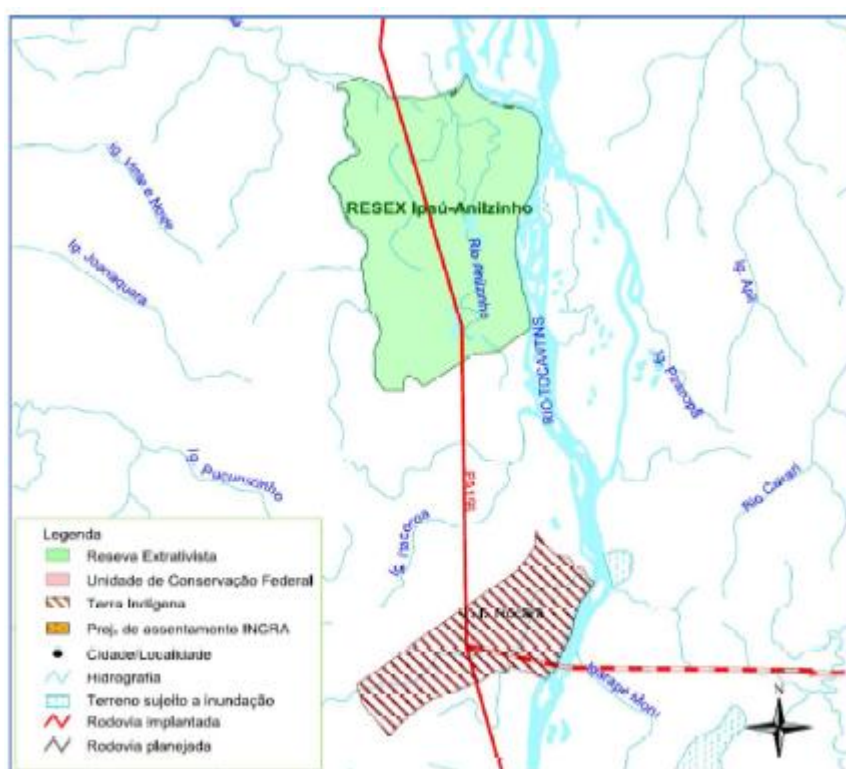
Cruzando essa temática, constatamos o turismo como uma das ferramentas particularmente relevante para o melhor manejo das áreas naturais protegidas. Isso pode ser percebido em estudos específicos, como de Pinto (2000), Davenport et al. (2002), Quaresma (2003) e Simonian (2007) que têm identificado novas oportunidades de desenvolvimento do turismo em parques e reservas de proteção à natureza sob a perspectiva conservacionista do ecoturismo. Este fenômeno se utiliza do uso planejado e racional dos ecossistemas naturais, ajudando a educar o público em geral com relação a questões ambientais e, assim, criando uma concepção natural entre visitação e conservação em consonância aos objetivos estabelecidos no Plano de Manejo.

É neste contexto, então, que a finalidade de assegurar o uso público das UC e os objetivos definidos pela legislação vigente é, em parte, responsabilidade dos gestores das unidades, por mediação das políticas governamentais direcionadas à área e, em parte, um encargo da sociedade como um todo. “O suporte aos parques é uma função legítima dos governos, relacionada com sua responsabilidade de provar uma condição ambientalmente saudável para seus cidadãos” (DAVENPORT et al., 2002, p. 305). Assim, a fim de chamar atenção com relação a outras formas competitivas de uso da terra na RESEX Ipaú-Anilzinho, ressalta-se o ecoturismo como um componente importante para as estratégias de desenvolvimento desta UC, cujo é capaz de providenciar situações favoráveis para atender aos objetivos primários de sua institucionalização e estimular as economias locais.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

*Área de estudo*

Com 55.816 ha, a RESEX Ipaú-Anilzinho encontra-se localizada na Região de Integração do Tocantins (RIT) <sup>2</sup>, no estado do Pará, tendo sido criada pelo Decreto Presidencial de 14 de junho de 2005 com o objetivo de conter o desmatamento e solucionar os conflitos fundiários na região. A Reserva é banhada pela margem esquerda do rio Tocantins no seu limite leste e engloba parte da área rural do município de Baião, apresentando uma grande diversidade de ecossistemas, da floresta tropical alterada à floresta de várzea. Esta UC de uso sustentável beneficia oficialmente seis comunidades: Espírito Santo, Anilzinho, Lucas, Fé em Deus, Xininga e Joana Peres, que sobrevivem de atividades como o extrativismo, a agricultura, a pesca e a criação de animais. O acesso à área pode ser realizado por via fluvial pelo rio Tocantins, via rodoviária pela BR-422 e vicinais a partir da cidade de Tucuruí ou via aérea a partir das cidades de Tucuruí e Cameté que apresentam campo de pouso.



**Figura 1.** Mapa de localização da RESEX Ipaú-Anilzinho.  
Fonte: IBAMA (2005).

### *Métodos de campo*

A realização deste trabalho é fruto de pesquisa bibliográfica e documental, sobre a temática abordada, produção fotográfica e de trabalho de campo realizado na RESEX Ipaú-Anilzinho no

<sup>2</sup> A RIT abrange os municípios paraenses de Abaetetuba, Acará, Baião, Cameté, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajurú, Mocajuba, Mojú, Oeiras do Pará e Tailândia.

período de 14 a 28 de março de 2010, no qual a observação participante tornou-se instrumento metodológico indispensável. Nesse período, foram realizadas entrevistas abertas e semi-estruturadas com moradores locais e informantes chaves (como funcionários públicos e líderes comunitários), totalizando uma amostra de 102 entrevistados. Por motivos de logística à época do trabalho de campo: dificuldades de transporte e de trafegabilidade na BR-422, a pesquisa não conseguiu abranger todas as seis comunidades inicialmente programadas para a aplicação dos questionários, ficando de fora as comunidades Fé em Deus e Espírito Santo – ambas caracterizadas como assentamentos.

### **3. O (ECO) TURISMO E AS ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS – BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO**

O turismo é uma atividade multidimensional que está intrinsecamente relacionada à busca dos seres humanos em satisfazer seus desejos. Por isso mesmo, caracteriza-se pela produção de relações sociais, culturais e políticas diversificadas que passam a existir mediante a valorização dos recursos naturais, históricos e culturais de determinado espaço geográfico. De acordo com Ignarra (1999), acredita-se que a prática da atividade tenha se difundido na Antiguidade com a realização de grandes viagens motivadas por diferentes fatores econômicos e exploratórios, como as viagens realizadas pelos Gregos, Romanos e Egípcios em busca das propriedades curativas dos banhos termais, as viagens ocasionadas em torno dos jogos olímpicos na Grécia antiga e as viagens religiosas missionárias cumpridas na Idade Média.

De acordo com Barreto, a primeira definição sobre turismo surgiu em 1911, produzida pelo economista austríaco Hermann Schattenhofen, dizendo que “turismo é o conceito que compreende todos os processos, especialmente econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado” (2003, p.12). Posteriormente, em 1929, Robert Glucksmann conceituou turismo como “um vencimento do espaço por pessoas que vão para um local no qual não tem residência fixa”. Na visão mais recente de Arrilaga: “turismo é o conjunto de deslocamentos voluntários e temporais determinados por causa alheias ao lucro; conjunto de bens, serviços e organização que determinam e tornam possíveis esses deslocamentos e fatos que entre aqueles e os viajantes têm lugar” (apud BARRETO, 2003, p.12).

Na contemporaneidade, observa-se que o turismo tem sido fortemente estimulado e disseminado nas Áreas Protegidas (AP) na tentativa de explorar a relação entre desenvolvimento e meio ambiente com base no paradigma do Desenvolvimento Sustentável (DS). Segundo César *et al.* (2007), os esforços e interesses relacionados à conservação de ambientes naturais e as culturas que nele interagem têm atraído grande demanda de turismo para as áreas protegidas, configurando um

mercado que continua a crescer aproximadamente 20% ao ano. Entretanto, ressalte-se que o objetivo de utilizar áreas naturais protegidas para fins de recreação e lazer não é recente.

Historicamente, a prática de salvaguardar áreas protegidas vem ocorrendo em diversas culturas antigas como formas de reservas de recursos para diferentes usos, embora a caçada tenha tornado-se o uso principal dessas áreas (DAVENPORT; RAO, 2002). Apesar disso, somente no século XIX, depois da difusão da idéia de parque nacional, provocou-se um apelo significativo pela proteção de áreas consideradas vulneráveis à degradação dos recursos naturais. Nesse tempo, os efeitos negativos e acelerados da industrialização influenciaram fortemente o surgimento de um movimento pró-parques nacionais com base na noção de “*wilderness*” (DIEGUES, 2001).

Neste contexto, pode-se destacar a criação do Parque Nacional de Yellowstone (EUA), em 1972, como o grande marco do desenvolvimento do turismo em áreas protegidas. Yellowstone tornou-se a primeira categoria de área natural protegida criada por bases legais e conceituais com o intuito de resguardar paisagens naturais consideradas virgens para as gerações futuras. Nele, o ser humano passou a ser considerado como visitante e não morador, pois “só se permitia a presença para fins de desfrute, visitação turística, pesquisas temporárias etc.” (VIANNA, 2008, p. 147). Desse modo, conforme Diegues (2001) destacou, a ideia de proteção ambiental associada à contemplação da natureza como forma de lazer atribuiu um valor utilitário para a prática do turismo nesses espaços territoriais, ganhando novas dimensões ao longo do tempo.

No Brasil, com a criação da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o turismo destacou-se como uma importante atividade ecológica, sociocultural e econômica em áreas protegidas as quais denominamos Unidades de Conservação (UC), cujo propósito é a proteção da biodiversidade, ecossistemas e paisagens. Em termos conceituais, as UC definem-se legalmente como espaços territoriais (incluindo seus recursos ambientais e as águas jurisdicionais) com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e de limites definidos, sob regime especial de administração (BRASIL, 2000). O SNUC divide as UC em duas grandes categorias: as de Proteção Integral ou de uso indireto, que permitem a presença humana somente para fins de pesquisa e visitação e as de Uso Sustentável ou uso direto, que permitem a presença humana e o uso racional dos recursos naturais consoante às normas e limites indicados em um plano de manejo. Dentre as UC de uso sustentável previstas no SNUC, têm-se as Reservas Extrativistas (RESEX), que são áreas são de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais, visando assegurar os meios de vida dessas populações e os objetivos de conservação dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

Nesse cenário, estudos de especialistas, como de Pinto (2000), Quaresma (2003) e Simonian (2007) têm identificado novas oportunidades de desenvolvimento do turismo em parques e reservas de

proteção à natureza, especialmente sob a perspectiva conservacionista do Ecoturismo, que se utiliza do uso planejado e racional dos ecossistemas naturais em resposta à concepção sustentável do desenvolvimento adquirida no século XX. Do ponto de vista conceitual, as definições de ecoturismo são todas sustentadas pela idéia comum de uso racional dos recursos naturais (SOIFER, 2005; RUSCHMANN, 2007). De acordo com o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), o ecoturismo pode ser definido como um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (EMBRATUR, 1994). Por ser realizado em áreas naturais, o termo “ecoturismo” é comumente associado ao de “turismo voltado à natureza”, “turismo científico ou de estudo”, “turismo sustentável” ou “turismo verde”. Seus adeptos são turistas interessados em ecossistemas, de preferência intactos, ou quase intactos, chamados de “ecoturistas”.

Embora essa tendência do turismo ainda se encontre em fase de planejamento e estruturação no Brasil, dados revelam que, em 2001, 13,2% da demanda receptiva estrangeira brasileira foi direcionada para o ecoturismo (CÉSAR, *et al.*, 2007). Nas palavras de Simonian, “o ecoturismo é um fenômeno que está aí há muito tempo, mas, em decorrência da era globalizada contemporânea, o processo apenas foi acelerado, em função da Internet, da mídia, dos meios de comunicação e de transporte mais rápido” (2000, p. 41). Nessa perspectiva favorável de crescimento, é importante notar que o turismo como qualquer outra atividade possui a capacidade de promover impactos de ordem positiva e negativa em seu processo de implementação.

Quando bem dimensionado, isto é, realizado de forma planejada, o turismo gera fatores positivos à localidade receptora, tais como: geração de emprego e renda, estimula a implantação de infraestrutura e serviços básicos (educação, saúde, saneamento, segurança, comunicação etc.), promove a educação ambiental e valoriza a cultura local. Contudo, caso não seja bem planejado, ao contrário do que se pretende, o turismo pode gerar impactos prejudiciais ao ambiente e à comunidade receptora e, assim, transformar-se num problema socioambiental, de modo a ferir seus próprios princípios. Nessas circunstâncias, “os custos potenciais da atividade são a degradação do meio ambiente, as injustiças e instabilidades econômicas, as mudanças socioculturais negativas” (LINDBERG; HAWKINS, 2005, p. 34). Portanto, para garantir a qualidade do desenvolvimento do turismo, torna-se necessário definir políticas e estratégias específicas que busquem maximizar seus benefícios e minimizar suas potenciais ameaças sobre o ambiente receptor a partir do diálogo entre os sujeitos envolvidos.



### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A atividade turística é considerada na atualidade um fenômeno social e multiplicador econômico do desenvolvimento capaz de oferecer progresso aos ambientes naturais e socioculturais potenciais na medida em que procura beneficiar-se do uso sustentável dos recursos naturais. No que se refere às UC, o serviço de conservar a biodiversidade através da comercialização de produtos verdes ou produtos ecológicos pelo turismo que carregam consigo, além do valor simbólico, o valor do conhecimento tradicional, têm contribuído para a melhoria das condições socioeconômicas e ambientais desses espaços territoriais protegidos. Neste sentido, segundo Quaresma, o “turismo vem sendo apontado como uma alternativa econômica com perspectiva de sustentabilidade e um meio para a conservação dos recursos naturais e culturais” (2008, p. 6).

No caso da RESEX Ipaú-Anilzinho, as possibilidades de aproveitar-se dos benefícios de desenvolvimento do turismo, aqui entendidos como “ecos do turismo”, tornam-se bem evidentes quando observada a diversidade de atrativos naturais presentes nessa região com posição geográfica privilegiada pela fluência do rio Tocantins, de onde afloram ecossistemas exóticos. Chama atenção as ilhas com vegetação espessas e exuberantes, os igarapés e as praias temporárias da região que afluem nos cursos dos rios. A Reserva ainda é detentora de patrimônio cultural significativo que se faz presente na territorialidade das populações tradicionais presentes em seu interior. Sem dúvida, todos estes elementos emergem como aspectos que lhe conferem grande potencial para a prática de atividades turísticas.

Pelo que se pôde observar, visitar a RESEX Ipaú-Anilzinho é uma atividade ecoturística, considerando que os ambientes locais são altamente propícios para desempenhar práticas deste segmento do turismo. Nela se pode pescar, realizar banhos e mergulhos, praticar canoagem, acampar, caminhar em trilhas pela floresta, observar a vida selvagem (fauna e flora), contemplar paisagens, visitar comunidades ribeirinhas e quilombolas, dentre outras atividades atrativas aos olhos de turistas adeptos do ecoturismo. Nesse cenário, a pesca esportiva destaca-se como atividade com grau prioritário de desenvolvimento em função da região onde está inserida a Reserva abrigar em abundância a espécie tucunaré (*Cichla spp*), que é extremamente cobiçada pelos amantes da pescaria. Os interessados em visitar a área devem estar atentos ao período do ano escolhido, já que a paisagem amazônica costuma mudar conforme a estação (inverno ou verão). No verão caracteriza-se por área de pradarias e no inverno a paisagem é tomada por planícies sujeitas a alagamento.

#### 3.1 A vila de Joana Peres

A vila de Joana Peres é considerada local de passagem obrigatória para todos os que têm acesso à RESEX Ipaú-Anilzinho a partir da sede distrital do município de Baião. Encontre-se

localizada à margem do rio de mesmo nome e compreende o limite do 2º distrito municipal de Baião que vai do rio Paritá-açu ao rio Ipaú, parte norte da Reserva, fazendo fronteira com o território quilombola de Umarizal. O acesso à Vila pode ser feito tanto por via rodoviária pela BR-422, a partir da cidade de Tucuruí, com uma hora de traslado, quanto por via fluvial pela margem esquerda do rio Tocantins, a partir da sede municipal de Baião. De Baião à Joana Peres são cerca de uma hora e trinta minutos de barco a motor (voadeira).

Dentre os núcleos populacionais da RESEX, a vila de Joana Peres é a que apresenta o maior número de famílias, totalizando cerca de 230, como, ainda, a melhor infraestrutura em saneamento básico, saúde e educação, sendo por isso mesmo considerada a “comunidade mãe” da RESEX, onde acontecem as principais discussões e decisões referentes à UC. De acordo com relatos de moradores, o processo de colonização da Vila está intimamente ligado à formação de quilombos na região tocantinense no século XVIII e sua denominação faz alusão à memória da primeira moradora, de procedência portuguesa, que habitou a região.

Sem dúvida, a vila de Joana Peres é o ponto de partida para a prática do ecoturismo na Reserva pela sua posição geográfica privilegiada, pois a região onde está inserida apresenta cenários de belezas múltiplas e envolventes com predomínio dos ecossistemas de mata. É margeada por ilhas como a Ilha do Periquito e a Ilha do Jacaré, que apresentam cenários de exuberância natureza. No verão, quando baixam as águas do Tocantins, convergem belas praias no rio Joana Peres como a praia do Papagaio e a Prainha, atrativos principais de lazer dos seus moradores e visitantes nessa época. Nesse cenário, torna-se possível a formatação de trilhas ecológicas, práticas de arborismo e acampamento. Além disso, a característica cultural herdada de povos quilombolas como a hospitalidade de sua gente são alguns dos elementos que podem fazer da Vila um destino ecoturístico de base comunitária e do turismo histórico-cultural da região. De lá, pode-se pegar uma embarcação para conhecer parte das riquezas da floresta amazônica, como, ainda, acompanhar o magnífico pôr do sol na extensão do rio Joana Peres.

É interessante observar que práticas artesanais provenientes do extrativismo vegetal de espécies denominadas pelos moradores como “flor da periquita” e “folha da capurana” para fins de ornamentação são desempenhadas na Vila. A produção é desempenhada por um único artesão do gênero masculino que a comercializa sob encomenda por intermédio de atravessadores em âmbito local, nacional e internacional para localidades como Cametá, Minas Gerais, Estados Unidos e França. Segundo dizem os moradores, a vegetação é abundante na região, podendo ser coletada na orla fluvial da vila e próximo às áreas de castanhais da região, sobretudo em tempos de verão (setembro a novembro). Sob a premissa de incremento do turismo na região, pode-se induzir o aumento das

possibilidades de ocupação e renda das comunidades que praticam atividades artesanais, particularmente para o gênero feminino.

Pela pequena estrutura: dois campos de futebol e uma quadra poliesportiva, o lazer na vila limita-se aos jogos de futebol da seleção comunitária, aos encontros dos pescadores, dos jovens e das crianças na orla do rio Joana Peres, como também, de modo restrito, aos encontros dos jovens em festas eletrônicas no espaço “Maloca dos Amigos”. No campo de futebol e na quadra poliesportiva realiza-se anualmente o Torneio de Inverno de Futebol de Campo e o Torneio de Futsal na Semana da Pátria. Em tempos de inverno, no ramal Joana Peres emerge o igarapé da Campina, o qual se torna atrativo de lazer para os moradores e visitantes da vila.

Dentre as manifestações culturais, para além do tradicional samba-de-cacete, de origem afro-indígena, têm-se as quadrilhas durante a quadra junina (mês de junho). Na culinária local destacam-se comidas típicas como peixe na castanha, tatu na castanha e jabuti na castanha.

Entretanto, é possível saborear os produtos derivados do cupuaçu, do bacuri, da muruci, do taperebá, do açaí, dentre outras espécies da região. No mês de julho, a igreja Católica promove a “Festa dos Jovens” e, em agosto, posteriormente à Festividade Municipal de Santo Antônio de Pádua, a vila comemora a Festa da Santíssima Trindade com realização da procissão do círio.

Nesses aspectos, deve-se destacar a necessidade de ações divulgadoras mais bem estratégicas dos eventos locais para a atração de visitantes, sabendo que estes são considerados componentes do turismo capazes de atrair não apenas habitantes locais como turistas, que passam a valorizar e promover os bens materiais e imateriais da cultura local. Segundo Hohher (2006), um evento pode ser visto como instrumento de fomentação do turismo, contribuindo para a geração de emprego e renda e para o aumento de investimentos em estabelecimentos comerciais e em termos infraestruturais diversos. A Semana Estudantil, a Festividade Municipal de Santo Antônio de Pádua e a Festividade local da Santíssima Trindade já são programações que atraem aleatoriamente visitantes da região tocaninense e da capital do estado do Pará com suas manifestações culturais, religiosas e populares, fazendo com que a região ganhe um clima festivo, agregando valor aos atrativos.

### 3.2 A comunidade de Anilzinho

A região de Anilzinho é margeada por lagos propícios à prática da pesca esportiva e do ecoturismo como o lago do Chapéu, do Pedral, do Patá, do Tartaruga e do Chapeuzinho. Sua denominação faz alusão ao rio de cor azul anil, chamado Anilzinho, que o limita com o rio Ipaú. O acesso à área pode ser feito via fluvial pelo rio Anilzinho e via rodoviária pela Transcmetá e vicinais. Por via fluvial, da vila de Joana Peres a Anilzinho são cerca de uma hora e trinta minutos de barco a

motor (voadeira). No percurso, alternados por caminhos de mata aberta e fechada, vislumbram-se cenários de grande beleza e atratividade natural que se convertem em um verdadeiro passeio ecológico, em que é possível observar aspectos da fauna e flora local. As revoadas de pássaros com destaque para os guarás e as garças chamam a atenção dos visitantes que, ainda, têm a oportunidade de ver animais como macacos, preguiças, jacarés, borboletas, entre outros que habitam os ecossistemas da região.

O igarapé do Anilzinho é um dos atrativos naturais de grande beleza encontrado nessa região. De acordo com relato dos moradores, o atrativo fica com coloração azul anil apenas no período de verão (entre os meses de julho a dezembro) em virtude da baixa incidência de chuvas e de elementos provenientes da erosão terrestre nos cursos de rio. Quando inverno (entre os meses de janeiro a junho), o igarapé fica com tonalidade de coloração barrenta, típica do inverno amazônico. Independente disso, o igarapé é um encantamento aos olhos dos amantes da natureza ecológica. Um mergulho é condição obrigatória para quem se depara com tamanha beleza. No aspecto cultural, o tradicional samba-de-cacete é apresentado durante a festa do santo padroeiro do Anilzinho: São Vicente de Paula, festejado no 2º domingo de outubro. A religiosidade está presente de maneira acentuada na Igreja Católica, liderada pela comunidade cristã de São Vicente de Paula.

### 3.3 A comunidade de Lucas

O ambiente peculiar da vila de Lucas, localizada ao sul da RESEX, com aproximadamente 2.225 ha de área, é marcado por relações sociais comunitárias e encantos naturais de beleza exótica marcados pela fluência do rio Ipaú, Lago Grande, rio Puxador e rio Tucunaré, bem como pelos ecossistemas de aningal. Essa comunidade apresenta características propícias para torna-se o ponto de partida para quem pretende se aventurar no ecoturismo de base comunitária pelas relevantes características naturais e culturais. O turista que ali visitar irá sentir-se bastante acolhido e acomodado, podendo entrar no clima comunitário ao se hospedar em uma das casas peculiar da vila e participar das tarefas comunitárias.

Ao chegar, logo se vê a beleza do lago que faz a alegria de visitantes e moradores, o que acaba se tornando um irresistível convite a um mergulho e passeio de canoa. Desse modo, o visitante poderá encontrar toda a tranquilidade e energias positivas que a natureza pode proporcionar em plena planície amazônica. Sem dúvida, qualquer roteiro turístico que venha a incidir na reserva precisa incluir uma visita à comunidade de Lucas, pois é a comunidade que apresenta melhor estrutura e organização comunitária para a prática do turismo, havendo grandes possibilidades para sua adequação em um balneário turístico regional: um anseio já almejado pela população local.

A comunidade de Lucas possui uma forte relação socioeconômica com o município vizinho de Tucuruí. O acesso à área é dependente das condições climáticas: em tempos de inverno, a entrada é viável somente por barco pelo rio Anilzinho; em tempos de verão, o acesso é facilitado pela Transcarnetá que apresenta melhores condições de trafegabilidade nesse período. Em termos econômicos, a pesca artesanal, sobretudo de espécies como o tucunaré, o curimatã, a piranha e a branquinha, o agroextrativismo e a produção artesanal aparecem como as principais atividades desenvolvidas nessa comunidade.

Em relação à produção artesanal, os habitantes de Lucas se utilizam de espécies madeireiras e do processo de reciclagem do lixo, em que são fabricados porta-joias, portasretratos, bolsas, bonecas, objetos de ornamentação, dentre outros. A maior parte das atividades artesanais é realizada pelas mulheres. Nesse sentido, a vila possui uma “Casa de Costura”, onde são produzidas peças para vestir os moradores. As casas da vila construídas pelos próprios residentes chamam a atenção dos visitantes. São moradias caracterizadas por paredes tecidas artesanalmente com varas de palmeira ajareuá – espécie de flora abundante na região –, que possuem de dois a três cômodos.

Em termos de lazer, além dos atrativos naturais, Lucas possui um campo de futebol e vôlei e um barracão comunitário. Nesses espaços, os moradores costumam se reunir para assistir jogos televisionados e promover festas e gincanas eventualmente, como também formar “rodas de música”. O barracão representa o local onde é servida diariamente a alimentação dos nativos de maneira comunitária, geralmente às sete horas (café); ao meio-dia (almoço); às dezesseis horas (lanche); e às dezessete horas (jantar). Todos se alimentam nesses horários. A produção alimentícia diária é alternada entre dois grupos, nos quais se dividem os nativos, funcionando por regime de escala. Vale ressaltar que o barracão ainda funciona como prédio escolar (pré-escolar à 4ª série). No lago ainda a atividade de natação é praticada pelos jovens.

### 3.4 A comunidade de Xininga

Situada em área de restinga, a vila do Xininga é margeada por ilhas excêntricas, com destaque para a Ilha Grande de Jutáí. No verão, a região é agraciada com longas e belas praias fluviais banhadas pelas águas esverdeadas desta parte do rio Tocantins, onde é possível observar o movimento de botos, animal característico e símbolo lendário da região amazônica. Seus moradores dizem desconhecer o significado do termo Xininga que denominada a menor das seis comunidades da RESEX Ipaú-Anilzinho, abrigando uma população de nove famílias com características ribeirinhas – a única da RESEX –, que encantam seus visitantes pela boa receptividade e admirável conhecimento tradicional quanto à diversidade da fauna e flora local.

Sob as perspectivas do turismo, as riquezas da hidrografia regional permitem à comunidade do Xininga torna-se um importante endereço para os amantes da pesca esportiva. Nesse sentido, é crescente o fluxo de turistas que estão viajando para a Amazônia à procura deste segmento do turismo. Espécies em abundância são encontradas nesta parte da RESEX Ipaú-Anilzinho, como o pirarucu, o pintado, o tucunaré, o jacundá etc., principalmente em tempos de inverno quando o rio está mais cheio, o que faz aumentar as chances de pesca. Como está localizada às margens do rio Tocantins, Xininga oferece um dos mais belos nascer e pôr do sol da região.

A pesca é a principal atividade de subsistência da comunidade devido à variedade de pescado encontrado nos rios e lagos dessa região. Além disso, seus moradores sobrevivem da criação de gado, galinha caipira e da extração de produtos florestais (açai, banana, cacau, cupuaçu, carambola, castanha etc.). O muruci e o cacau são as espécies vegetais com maior potencial de produção e comercialização na comunidade.

Outro aspecto de utilização do saber tradicional da flora local diz respeito à produção de medicamentos e produtos artesanais a partir de espécies como o boldo, raiz do camapú, elixi paregórico, quebra pedra, casca do jatobá, raiz de mangueira, casca do cupuaçu, jaborandi, pariri etc. Pelo que se depreende da fala dos moradores, o lazer está atrelado aos encontros na orla do rio ou nas casas dos vizinhos para conversar. Os habitantes de Xininga também produzem peças de jogos de dama e xadrez em materiais de isopor para se distraírem, utilizando-se também da tampa de garrafas plásticas (pet) para compor os jogos. Há a confecção de artesanato a partir de espécies da flora e fauna local, realizada principalmente pelas mulheres. Embora presente, outra opção de lazer pouco praticada é o futebol.

Em que pese tamanha atratividade natural e sociocultural, é possível observar que todo o potencial existente para a prática do turismo na RESEX Ipaú-Anilzinho passa despercebido no contexto das políticas públicas, uma vez que os investimentos governamentais (municipal, estadual e nacional) nesse setor ainda ocorrem de maneira tímida na região tocantinense pelo chamado turismo regional. Neste sentido, podemos destacar as atividades de sol e praia e artesanato nos municípios de Barcarena e Abaetetuba e o carnaval no município de Cametá como as mais bem aproveitadas. Ressalte-se que estes são os municípios que apresentam o maior fluxo de visitantes, a maior oferta de serviços e a infraestrutura básica e turística menos precária da região, tal como avalia o Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará (2007). Diante desse cenário, observa-se a necessidade do planejamento de ações públicas (planos e programas nacionais, estaduais e regionais) que possam melhor aproveitar e fomentar a prática do turismo na região tocantinense.

No contexto em estudo, a prática do (eco) turismo pode ser interpretada como proposta para o desenvolvimento socioambiental da RESEX Ipaú-Anilzinho, em uma perspectiva presente e futura,

levando em consideração que esta UC ainda se encontra em processo de implementação. Nessa perspectiva, o ecoturismo poderá contribuir para o fortalecimento das ações de proteção dos recursos naturais, das economias locais e, conseqüentemente, da melhoria da qualidade de vida das comunidades receptoras, de modo a contemplar tanto aos objetivos de conservação da natureza quanto às aspirações das necessidades humanas. Mas a materialização desta prática requer, antes de tudo, a aceitação, preparação e organização da população local, que, assim, deverá assumir o protagonismo na iniciativa. Como afirma Western, “conservação e o turismo que neguem os direitos e interesses das comunidades locais estão fadados ao fracasso, quando não considerados totalmente ilegais” (2001, p. 20).

Então, a considerar-se a importância da participação efetiva da população local no processo de planejamento do turismo, procurou-se analisar a percepção dos moradores da RESEX Ipaú-Anilzinho a respeito. Conforme pode ser observado nas Tabelas 1 e 2, o turismo foi reconhecido como alternativa importante para a promoção do desenvolvimento local, principalmente pelo seu potencial para a geração de renda que pode acarretar impactos desejáveis na melhoria das condições de vida das populações receptoras. Neste sentido, a possibilidade de desenvolvimento do turismo nesta UC leva à reflexão de que essa prática representa basicamente uma expectativa de dinamização na economia das famílias extrativistas pela inserção de novas estruturas produtivas no contexto local.

<b>RESPOSTA</b>	<b>Nº.</b>	<b>%</b>
Bom	59	84,28
Ruim	05	7,14
Não soube opinar	06	8,58
<b>TOTAL</b>	<b>70</b>	<b>100</b>

Tabela 1 – Opinião acerca do desenvolvimento do turismo na RESEX Ipaú-Anilzinho? (população local)  
Fonte: Pesquisa de campo (2010).

RESPOSTA	Nº.	%
Interesse pela atividade	00	0,00
Aumento da renda	64	91,42
Bem estar social	00	0,00
Proteção da natureza	00	00
Educação Ambiental	00	00
Não soube opinar	06	8,58
<b>TOTAL</b>	<b>70</b>	<b>100</b>

Tabela 2 – Motivo em trabalhar com o turismo na RESEX Ipaú-Anilzinho (População local)  
Fonte: Pesquisa de campo (2010).

De acordo com Allegretti (2002), após a Segunda Guerra Mundial (1942-1945), a fragilidade da economia gerada em cima da extração da borracha acarretou na busca de novas alternativas econômicas pelas populações extrativistas, dentre as quais a atividade turística sob a lógica do desenvolvimento sustentável vem se destacando. Exemplo nesse sentido tem-se a RESEX de Curralinho (RO) e a RESEX Mamirauá (AM), onde o ecoturismo representa uma possibilidade de uso múltiplo da floresta associado ao valor das práticas tradicionais e de conservação do patrimônio natural regional. A implementação do ecoturismo na RESEX Mamirauá é apontada por Peralta (2002) como um dos fatores responsáveis pelo aumento da renda extrativista e pela melhoria das condições de vida das populações locais.

É com base nessa perspectiva de incremento econômico que se observou a iniciativa de um morador<sup>3</sup> em abrir uma pousada de pequeno porte (Pousada dos Amigos) na vila de Joana Peres, sendo esse o único meio de hospedagem comercial existente na Reserva. Segundo esse mesmo morador, após a criação da RESEX, tornou-se crescente o número de pessoas que visitam a região por diversos motivos e interesses, dentre os quais, destacam-se: negócios, pesquisa científica e lazer. Nessa tendência favorável de crescimento, infere-se que a disponibilidade dos atrativos naturais e socioculturais desta UC pode ser mais bem aproveitada e gerida pelo fomento do (eco) turismo. Para Boo (1995), a prática do ecoturismo possibilita a ampliação de fundos para serem reinvestido nestas áreas de modo a envolver as populações locais, proteger os recursos naturais e suprir as lacunas existentes geradas por causas anteriores nas mesmas.

<sup>3</sup> Manoel Raimundo Monteiro, 59 anos.



No entanto, as perspectivas de desenvolvimento do (eco) turismo observadas no contexto atual da RESEX Ipaú-Anilzinho também apresentam algumas limitações como reais entraves ao processo. Por ocasião da pesquisa de campo, tornou-se possível observar que estes estão relacionados principalmente à questão fundiária, ao baixo nível de organização comunitária e política (apesar de este aspecto ter sido determinante no processo de criação da UC) e à carência de infraestrutura básica e turística na região onde está localizada a RESEX. Particularmente, a regularização fundiária inconclusa da Reserva tem ocasionado um cenário iminente de graves conflitos socioambientais em torno da propriedade da terra entre os diferentes sujeitos envolvidos (populações locais, antigos ocupantes, fazendeiros, madeireiros e grileiros), dificultando o controle e uso do território e dos recursos nele existentes. Nesse cenário, também é possível identificar a existência de interesses opostos e diferentes níveis de aceitação e compreensão sobre a importância da UC, o que dificulta a articulação comunitária e política entre os seus moradores no sentido de potencializar as oportunidades de benefícios e minimizar os problemas concretos da Unidade.

Em termos infraestruturais, uma das principais problemáticas detectadas na área está relacionada ao saneamento básico, uma vez que é inexistente o serviço de esgotamento sanitário em grande parte da RESEX, cuja precariedade deste aspecto é evidenciada pela estrutura tipo fossa negra<sup>4</sup> dos sanitários das moradias. Situação similar ocorre com o serviço de abastecimento de água que é realizado através de poços freáticos, cujos captam água dos aquíferos próximos a subsuperfície terrestre. É importante assinalar que esse tipo de poço é extremamente vulnerável à contaminação por não se encontrar perfurado em grandes profundidades, fazendo com que as impurezas do solo sejam conduzidas até eles, por exemplo, em função da chuva ou da decomposição da matéria orgânica oriunda das fezes humanas. Isso leva à conclusão de que a água destinada para consumo pode apresentar fortes indícios de contaminação, necessitando de tratamento adequado. Também, tornou-se possível identificar que é inexistente o serviço de coleta de lixo ou resíduos na Reserva, sendo que os mesmos são geralmente enterrados, queimados ou lançados a céu aberto em terra e/ou nos cursos d'água dos rios. Assim, o que parece claro é que tais entraves revelam um conjunto de questões complexas e tendenciosas à geração de graves impactos socioambientais na RESEX Ipaú Anilzinho que necessitam de novos posicionamentos governamentais (municipal, estadual e nacional) no sentido de transformar realidades impositivas em positivas.

No que se refere à implementação do ecoturismo como uma das alternativas para o desenvolvimento da RESEX Ipaú-Anilzinho, faz-se necessário um elevado investimento em recursos financeiros e humanos para que os incentivos necessários à inserção de equipamentos e serviços turísticos sejam orientados por princípios economicamente consistentes e ecologicamente duradouros,

---

<sup>4</sup> É uma fossa séptica, uma escavação sem revestimento interno onde os dejetos caem no terreno, parte se infiltrando e parte sendo decomposta na superfície de fundo.

em consonância com as especificidades de funcionamento dessa categoria de manejo de UC. À vista desse cenário, a participação efetiva da população local no planejamento e gestão do ecoturismo é uma das principais estratégias para o alcance deste objetivo, que poderá ser viabilizada pela criação de um espaço de discussão que vise compartilhar ideias e interesses, eliminar entraves e agilizar soluções, fortalecendo a organização comunitária e a repartição justa dos benefícios a todos os envolvidos. Nesse processo, a formação e capacitação técnica dos moradores, com base na valorização do diálogo e cooperação, também se tornam indispensáveis para o empoderamento e protagonismo das populações locais. Além disso, a implementação de infraestrutura adequada e o estabelecimento de parcerias estratégicas deverão ser viabilizados junto aos setores públicos e privados por intermédio da autarquia federal responsável pela administração da Unidade, neste caso, o Instituto Chico Mendes de conservação da Biodiversidade (ICMBIO).

Ressalte-se que o planejamento do (eco) turismo na RESEX Ipaú-Anilzinho deve também se basear na prevenção de impactos indesejados que podem ser acarretados pela sua implementação, como a intervenção de sujeitos externos na dinâmica social das populações locais, colocando em risco o uso racional dos recursos naturais e a proteção do modo de vida tradicional. E é neste contexto que deve ser colocado em prática a capacidade comunitária de cumprir os padrões de sustentabilidade exigidos pela atividade, aprimorando e monitorando-os permanentemente. Assim, o resultado esperado é a promoção do desenvolvimento local pautado no uso racional dos recursos naturais e na valorização do patrimônio cultural das populações tradicionais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De todo o exposto, o ecoturismo foi identificado na RESEX Ipaú-Anilzinho como uma possibilidade de desenvolvimento local em função de seu potencial para a geração de renda e proteção do patrimônio natural e cultural da região. Neste sentido, em um cenário de projeção em longo prazo, o desenvolvimento do ecoturismo pelo uso múltiplo e racional dos recursos da floresta associado ao valor das práticas tradicionais do modo de vida extrativista poderá contribuir tanto para a melhoria da qualidade de vida e do bem estar das populações locais quanto para o alcance dos objetivos de sustentabilidade da Reserva. Entretanto, uma das principais estratégias para o êxito de implementação do ecoturismo é o planejamento e gestão das ações relacionadas à atividade de acordo com as peculiaridades do ambiente e as demandas locais. É necessário, desta forma, viabilizar o engajamento de todos os sujeitos envolvidos (representantes de órgãos públicos, sociedade civil e das populações residentes na área) em um processo de tomada de decisão partilhada, o que implica, evidentemente, na decisão política de fazer. O Conselho Deliberativo pode ser considerado como uma arena inicial para fomentar a discussão sobre a possibilidade de um novo modelo de desenvolvimento do território da RESEX Ipaú-Anilzinho pela cadeia produtiva do turismo, especialmente sob a premissa do ecoturismo.



Figuras 01-05 (da esquerda para direita): Igarapé do Anilzinho, aspectos das comunidades de Xininga e Lucas e vista parcial do passeio pelo rio Tocantins. Fonte: Figueiredo, 2010.

**REFERÊNCIAS**

- ALLEGRETTI, M. H. *A construção social de políticas ambientais – Chico Mendes e o movimento dos seringueiros*. 2002. 827 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável, Gestão e Política Ambiental) – Universidade de Brasília, 2002.
- BARRETTO, M. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. 13. ed. São Paulo: Papyrus, 2003.
- BOO, E. *O planejamento ecoturístico para áreas protegidas*. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. (Org.). *Ecoturismo: um guia para o planejamento e gestão*. São Paulo: SENAC, 1995.
- BRASIL. Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. Dispõe sobre o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Disponível em <[HTTP://http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm)>. Acesso em 09 de agosto de 2013.
- CÉZAR, P. A. B.; STIGLIANO, B. V.; RAIMUNDO, S.; NUCCI, J. C. *Caminhos do Futuro – Ministério do Turismo: Ecoturismo*. São Paulo: IPSIS, 2007.
- DIEGUES, A. C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- DAVENPORT, L.; RAO, M. *A história de proteção: paradoxos do passado e desafios do futuro*. In: TERBORGH, J. et. al. (Org.). *Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: UFPR; Fundação O Boticário, 2002, p. 52-73.
- EMBRATUR. *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo*. Brasília, 1994.
- HÖHNER, A. *Marketing para o turismo de eventos*. São Paulo: STS, 2006.
- IGNARRA, L. R. *Fundamentos do turismo*. São Paulo: Pioneira, 1999.
- LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. (Org.). *Ecoturismo: um guia para o planejamento e gestão*. São Paulo: SENAC, 1995.
- PARATUR. *Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará*. Belém, 2007. Disponível em: <<http://www.paraturismo.pa.gov.br/paratur/planodeturismo.asp>>. Acesso em: 10 out. 2007.
- PERALTA, N. *Implantação do Programa de Ecoturismo na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Amazonas, Brasil*. Revista Ciência e Tecnologia. Rio Claro: OLAM; Aleph, v.2, p. 169-193, 2002.
- PINTO, P. M. *Unidades de Conservação da Amazônia: o ecoturismo no Parque Estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas-PA*. In: COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L. T. L.; FENZL, N. (Org.). *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais/organização*. Belém: Cejup; NAEA, 2000. p. 55-69.
- QUARESMA, H. D. A. B. *Turismo na Terra de Makunaima: sustentabilidade em parques nacionais da Amazônia?* 2008. 423f. Tese (Doutorado) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.
- QUARESMA, H. D. A. B. *O desencanto da princesa: pescadores tradicionais e turismo na área de proteção ambiental de Algodal/Maiandeuá*. Belém, NAEA, 2003.

RUSCHMANN, D. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus, 1997.

SIMONIAN, L. T. L.; PINTO, P. M.; CAMPOS, R. R. *Unidades de conservação em Martírios / Andorinhas: perspectivas ambientais, socioeconômicas, culturais e turísticas*. Belém: CSE;UFPA, 2007.

SIMONIAN, L. T. L. *Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva na Amazônia Brasileira*. In: COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L. T. L.; FENZL, N. (Org.). *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais/organização*. Belém: Cejup; NAEA, 2000. p. 9-53.

SOIFER, J. *Empreender turismo e ecoturismo*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

VIANNA, L. P. *De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação*. Rio de Janeiro: AnnaBlume;FAPESP, 2008.

WESTERN, D. Prefácio: definindo ecoturismo. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. 3 ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2001.